

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 539.431 - SP (2019/0307988-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **VIVIANE CRISTINA ROSA E OUTRO**
ADVOGADOS : **HENRIQUE FERRO - SP041262**
: **VIVIANE CRISTINA ROSA - SP190351**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **VALTER RIBEIRO CHAGAS JUNIOR (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VALTER RIBEIRO CHAGAS JUNIOR – preso cautelarmente em 29/3/2018 por suposta infração aos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2145023-79.2019.8.26.0000).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para a formação da culpa, ressaltando que o paciente encontra-se segregado há mais de 545 dias sem o encerramento da instrução.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, mediante aplicação de medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 813/814) e prestadas as informações (e-STJ fls. 820/837 e 854/865), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 869/875).

É o relatório. **Decido.**

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede

Superior Tribunal de Justiça

a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC n. 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC n. 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

Busca-se, em síntese, neste *writ*, a revogação do decreto prisional do paciente, acusado da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

De início, importante lembrar que a Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser assegurados às partes no curso do processo.

Dessa forma, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010)

Superior Tribunal de Justiça

No caso, o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 30/3/2018 pela suposta prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.

O Tribunal afastou a alegação de excesso de prazo, consignando que desde a decretação da prisão o feito teve tramitação regular com o devido impulso pelo Juízo processante. **Destacou que a ação originária é complexa, envolvendo a apuração de crime grave, com a presença no pólo passivo de 6 acusados, representados por patronos distintos.**

De fato, depreende-se das informações prestadas nos autos, que o Magistrado de primeiro grau tem empregado esforços na celeridade do feito, não se podendo falar em atraso injustificado.

A respeito, insta transcrever os fundamentos expendidos pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 804/806):

O Paciente foi preso em flagrante no dia 29 de março de 2018, e denunciado pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, porque juntamente com os corréus Gustavo, Gabriel, Luís Geraldo, Carlos Júnio, Felipe Rafael e André Luiz mantinha em depósito, para entrega ao consumo de terceiros, 148 eppendorfs contendo cocaína (272,54g), 132 porções de “maconha” (211,54g), 506 pedras de “crack” (141,93g) e 4 porções de cocaína (309,2g).

Consta também que eles estavam associados para praticar reiteradamente o tráfico de entorpecentes na cidade de Caraguatatuba.

Consta ainda da denúncia que policiais militares localizaram as drogas no sofá da sala e no forro do teto da sala, embaladas em pequenas porções. Foram apreendidos também três aparelhos celulares e uma carta contendo o “estatuto do PCC”. Um dos agentes teria revelado informalmente que era o “disciplina” e estava armado porque iria “julgar” uma desavença entre integrantes da facção; Gustavo teria assumido a propriedade de toda a droga.

A denúncia foi recebida no dia 25 de abril de 2018. A última

Superior Tribunal de Justiça

resposta à acusação foi apresentada em 1º de novembro de 2018. Na audiência realizada no dia 29 de março de 2019 foram ouvidas as testemunhas e interrogados os acusados, e hoje se aguarda a juntada de carta que foi apreendida mas não acostada aos autos, bem como dos laudos dos aparelhos de telefonia celular apreendidos.

Pois bem.

Convém lembrar que a instrução já foi encerrada, não mais se cogitando de relaxamento da prisão por excesso de prazo na formação da culpa (Súmula nº 52, do Superior Tribunal de Justiça).

Seja como for, não está caracterizado o excesso, pois cotejando o tempo de prisão provisória com a pena que poderia vir a ser aplicada na hipótese de condenação (no mínimo oito anos) não emerge desproporcionalidade, valendo pontuar que o Paciente registra condenação pela prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico e novamente se vê processado, por crimes da mesma espécie. Por outro lado, não se constata desídia do juízo na condução do feito.

Eventual demora decorre da própria complexidade do processo, que envolve seis acusados, com advogados distintos, de modo que é compreensível e aceitável que ocorra algum retardamento no desfecho.

Por oportuno, trago à colação os seguintes julgados com esclarecedoras ponderações em relação ao tema:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Superior Tribunal de Justiça

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese praticado: com emprego de arma de fogo e sem dar chance de defesa à vítima, bem como pelo fundado receio de reiteração delitiva, em virtude dos antecedentes criminais do paciente, contumaz em delitos violentos.

IV - Ademais, o paciente tentou matar a única testemunha ocular do delito, a companheira da vítima, efetuando disparo de arma de fogo contra esta, que se viu obrigada a mudar de cidade com os filhos, o que também justifica a segregação cautelar para a conveniência da instrução criminal.

V - Lado outro, os prazos processuais não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes).

VI - In casu, o feito tramita regularmente, tendo o magistrado de piso adotado uma postura diligente, conforme destacou o eg. Tribunal a quo, "para se concluir dessa maneira, basta verificar os dizeres esposados nos informes de praxe do juízo processante, o qual indica, com riqueza de detalhes, todas as datas relacionadas aos diversos atos processuais. No atual momento, foi informado que as partes estão sendo intimadas do recebimento da denúncia para a posterior marcação da audiência de instrução e julgamento". Portanto, não se verifica demora desarrazoada apta a gerar constrangimento ilegal passível de censura nesta via.

Habeas corpus não conhecido. (HC 381.439/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 31/05/2017).

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. QUADRILHA ARMADA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. O constrangimento ilegal por excesso de prazo que não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e das peculiaridades do caso concreto, somente se caracteriza em hipóteses excepcionais, decorrentes da evidente negligência do órgão judicial; de exclusiva atuação da parte acusadora; ou de outra situação incompatível com o princípio da razoável duração do processo.

2. Na espécie, até o momento, não há falar em atraso abusivo e injustificado na prestação jurisdicional pois, em que pese, num primeiro momento, ter sido frustrada a condução do réu pela Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE para os atos designados, nas três últimas audiências marcadas pelo Juiz, o advogado de defesa não estava presente, apesar de devidamente intimado. Além disso, diante da dificuldade externada pela SUSEPE em providenciar a apresentação do paciente, o Magistrado de piso tomou providências para facilitar a situação, o que revela que tem sido diligente no andamento do feito.

3. Ordem denegada. (HC 380.637/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 02/03/2017).

No contexto, não se vislumbra a existência de constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, **não conheço** do mandamus.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator